

As evidências de possibilidade de um projeto econômico-social alternativo nas iniciativas da Economia Solidária

The evidence of a possibility of an alternative economic-social project in the initiatives of the Solidarity Economy

Josemar Pedro Lorenzetti¹

josemarlorenzetti@gmail.com

Resumo. O presente artigo aborda o caráter alternativo da Economia Solidária a partir de suas origens no associativismo dos trabalhadores até as iniciativas atuais com base no primeiro mapeamento nacional. Problematicamos a hipótese da Economia Solidária se constituir em um modelo econômico alternativo a partir das práticas existentes nas iniciativas solidárias e para isso discutimos o conceito de potencialidades, evidenciando a necessidade da vinculação dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos às ações solidárias, em contextos em que existam instituições de apoio, lideranças, percepção positiva da iniciativa, capacidade de trabalho e interstícios adaptáveis a modelos associativos. Desta maneira, propomos que a Economia Solidária pode se consolidar como um formato econômico alternativo por considerar o empreendimento econômico solidário capaz de atender às múltiplas dimensões das necessidades dos sujeitos.

Palavras-chave: Economia Solidária, potencialidades, desenvolvimento alternativo.

Abstract. This paper discusses the alternative character of the Solidarity Economy from its origins in the association of employees to the current initiatives based on the first national mapping. We problematize the assumption that Solidarity Economy constitutes an alternative economic model on the basis of existing practices in solidarity initiatives. To achieve this, we discuss the concept of potential, highlighting the need for a linkage to social, cultural, political and economic solidarity actions in contexts in which there are supporting institutions, leadership, a positive perception of the initiative, ability to work and interstices that are adaptable to associative models. Thus, we propose that the Solidarity Economy can consolidate itself as an economic alternative format because we consider the solidarity economic enterprise capable of meeting the multiple dimensions of individuals' needs.

Keywords: Solidarity Economy, potentialities, alternative development.

Introdução

O presente texto objetiva o entendimento do caráter alternativo da Economia Solidária com base nos seus elementos teórico-conceituais, problematizando suas possibilidades de funcionar como esteio de outro modelo de desenvolvimento. Buscamos, na análise das possibilidades de organização das pessoas para a

satisfação de suas necessidades em um dado modelo econômico, uma definição de qual é o modelo que mais se aproxima de uma economia que promova a justiça social e que possibilite a continuidade do desenvolvimento sem colocar em risco as gerações futuras. Entendemos que essa condição foi proposta com maior nitidez em formatos econômicos baseados nas associações solidárias entre os trabalhadores.

¹ Instituto Federal do Mato Grosso. Campus Confresa. Av. Vilmar Fernandes, 300, 78652-000, Confresa, MT, Brasil.

Pré-condição de origem da Economia Solidária: o coletivo dos trabalhadores

O conceito de Economia Solidária designa o amplo e multifacetado fenômeno do associativismo econômico entre os trabalhadores do meio urbano e rural, ocorrência que remonta às condições históricas do capitalismo industrial. A Economia Solidária tem sua origem no associativismo dos trabalhadores e existe a partir do momento em que um número considerável deles, em diversos setores da economia, formaram e fortaleceram empreendimentos econômicos com o objetivo de atender às necessidades de consumo de bens e serviços, atingindo novas perspectivas de vida ao se perceberem incluídos em um modelo econômico.

Este formato de produção associada, criado por iniciativa dos trabalhadores, difere das condições societárias predominantes e, por isso, assim se define a Economia Solidária:

A Economia Solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado (Laville e Gaiger, 2009, p. 162).

Os atores sociais que agem solidariamente no âmbito econômico lançam mão de métodos criativos, uma vez que, fora desse contexto, são socialmente desfavorecidos em termos da oportunidade de gerenciar o ambiente de trabalho, em decorrência da predominância da lógica capitalista. Desta forma, a Economia Solidária organiza os indivíduos para a produção de riquezas diferindo dos formatos de trabalho baseados na exploração da mão de obra, através do emprego, como ocorre no sistema socioeconômico atualmente hegemônico.

O percurso trilhado pelas experiências de Economia Solidária remete às formas pelas quais os trabalhadores buscam alternativas de sobrevivência e formas de relacionamento a fim de superar os entraves éticos que o capitalismo impõe para as relações produtivas. Por isso, o conhecimento da Economia Solidária, desde sua origem, remete à discussão do contexto vivido pelos trabalhadores na sociedade. Para isso, diferenciaremos os momentos históricos e os diferentes contextos nos quais houve movimentos claros de oposição ao sistema da propriedade privada, identificando

como se concretizaram os esforços dos atores sociais que procuraram novas formas de organização produtiva. São vários os movimentos de oposição, e em diferentes conjunturas tais organizações foram constituídas.

Inicialmente, quando as fábricas eram introduzidas, nos moldes da propriedade privada, nas diversas configurações sociais, fato que ocorreu na maioria dos países nos dois últimos séculos, diante das condições degradantes no ambiente laboral, com longas jornadas e condições de trabalho aviltantes, a existência dos trabalhadores foi colocada em risco. Por isso, as primeiras reações dos operários contra condições degradantes de trabalho, como o movimento ludita, são um indício da insatisfação com o modelo de produção dominante e já demonstram a necessidade de rever a forma pela qual a riqueza é produzida socialmente. A busca de alternativas foi projeto de teóricos, como os socialistas, e também de diversos movimentos sociais. Mesmo com o questionamento do modo de produção capitalista, este se manteve e ainda pratica a diferenciação de privilégios para as classes proprietárias dos meios de produção, em prejuízo das classes que sobrevivem da venda de sua capacidade de trabalho.

Assim, mesmo na dependência do sistema produtivo dominante, muitos trabalhadores passaram a produzir as condições de reprodução da vida através da cooperação. Isso significa que, no interior da sociedade sob domínio capitalista, surgem e subsistem diferentes formatos econômicos e diversas orientações sobre os maiores objetivos de uma atividade econômica; são estes os interstícios que exploraremos adiante. Quem opta por um modelo alternativo vê-se na condição de conviver com as mesmas regras externas, já que estas são impostas pelo sistema preponderante, como a competição no mercado consumidor. Entretanto, internamente, começam a construir outras formas de conduta e passam a adotar práticas que possibilitam seu fortalecimento:

A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas. Nesse sentido, a função das práticas e do pensamento emancipadores consiste em ampliar o espectro do possível através da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representem formas de sociedade mais justas (Santos, 2002, p. 25).

O primeiro passo para implementar a alternativa da Economia Solidária ocorre com a

adoção de práticas de ajuda entre sujeitos de uma mesma classe, no caso, os trabalhadores. Assim que foram instituídos os primeiros sindicatos, houve a possibilidade de que os operários questionassem as práticas adotadas na empresa capitalista e a forma como o resultado da produção era dividido entre os diversos sujeitos que participavam daquela atividade. Mas a organização sindical também é sujeita às pressões, como as demissões em massa, sendo incapaz de projetar outro formato de produção, do que resulta que sua luta até pode contribuir para a manutenção das contradições dualistas patrão-empregado. Entretanto, o sindicato já aponta um dos caminhos para novas relações de produção; ao exercitar a cooperação e relações horizontais, promove a união de indivíduos para a execução de objetivos comuns.

Ainda no século XIX, com a criação das cooperativas de consumo e de produção autogestionárias, solidárias e democráticas nas quais os operários passam a comandar as fábricas e retomam a posse do que nelas produzem com seu trabalho, é que o movimento de oposição ao sistema da propriedade privada começa a encontrar êxito:

Eis que o cooperativismo, em seu berço, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época, aos mecenas para que a patrocinassem, mas a do movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto, mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução (Singer, 2002, p. 33).

É certo que a luta dos trabalhadores em busca de condições favoráveis impulsionou novas formas de organizar o trabalho, e estas iniciativas, mesmo que marcadas por fragilidades, buscavam se constituir como modelos alternativos de produção. Posteriormente, outras formas de organização da produção, movidas por novos ideais, surgiram e não deixaram desaparecer a organização dos trabalhadores, como, por exemplo, a proposta dos falanstérios de Charles Fourier, que mantinha o princípio de que o próprio produtor deveria reger sua atividade. Em seguida, surgiram novas cooperativas de consumo e de crédito, além dos bancos cooperativos e os clubes de troca, etc., segundo os mesmos elementos de

autonomia e participação nas instâncias decisórias. E o caso clássico da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, que mostrou a viabilidade econômica dos processos produtivos geridos segundo a vontade e necessidade dos trabalhadores.

Entendemos que existem diferentes empreendimentos econômicos alternativos à empresa capitalista, conseguindo adotar princípios equitativos de relacionamento internos em distintos focos de atuação. Por isso, podem formar redes entre si. Cada um destes exemplos (sindicato, cooperativa de consumo e produção, falanstério, cooperativa de consumo e crédito, associação informal...) surgiu em momentos históricos específicos, apoiado por contextos sociais diversos. Desta forma, podemos inferir a existência de formatos alternativos à produção capitalista, ancorados nas diferentes formas pelas quais os trabalhadores, especialmente nos dois últimos séculos, ao sentirem a necessidade de sair do modo de produção do capital, concretizaram novas maneiras de produção. Isso se deu primeiramente porque a economia capitalista, ao cumprir seus princípios de acumulação crescente de capital, ocasionou a pauperização de uma grande parcela da população que, por não poder entrar no circuito de produção de riquezas, também não conseguiu desfrutar do progresso técnico-científico existente. Na contramão dos fatores negativos, cada um destes formatos econômicos, diversos do sistema preponderante, também encontrou substratos favoráveis que os impulsionaram ao ponto de adquirirem visibilidade na sociedade.

No entanto, no século XX, o cooperativismo operário sofreu uma queda em sua importância, para a qual concorreram ao menos três fatores: O Estado assumiu, através das políticas universais e democráticas, algumas ações de auxílio e favorecimento da classe trabalhadora; a legislação trabalhista, enquanto medida capaz de evitar o receio dos patrões com a revolta dos operários, foi aprovada em muitos países, atuando conjuntamente com a estabilidade da oferta de postos de trabalho nas fábricas:

As ações pioneiras do séc. XIX sofreram, na Europa, forte repressão e atenuaram-se pouco a pouco, enquanto a economia de mercado experimentava um crescimento inédito e ganhava legitimidade como via de acesso a uma sociedade de abundância. [...] Até a segunda metade do séc. XX, a reconciliação da classe trabalhadora com o assalariamento foi estimulada pelo pleno emprego, que reinou durante os trinta anos posteriores

à Segunda Guerra. O direito de cidadania, outorgado a todos os que vivem do próprio trabalho, conduziu os movimentos sociais a centrarem sua ação estratégica nas relações de classe e na luta pelo Estado. Reconciliados com o assalariamento, a maioria dos trabalhadores perdeu o entusiasmo e o interesse pela autogestão (Laville e Gaiger, 2009, p. 164).

A economia de mercado, aliada à propaganda, insinuando o crescimento do consumo (por vezes sintetizado no padrão de vida americano), foi a concepção que reinou na maior parte do século XX, apesar das guerras mundiais e das grandes crises (financeira em 1929, energética em 1970 e novamente financeira no final da década de 1990). A ênfase na aquisição de bens, conjuntamente com a garantia de direitos mínimos, especialmente na figura paternal do Estado de direito, fez com que os ânimos dos trabalhadores fossem apaziguados no sentido de não perceberem as contradições do ambiente de trabalho e a injusta distribuição da riqueza entre as classes.

As iniciativas de associação entre os trabalhadores, em especial o caso da cooperativa, também são seduzidas pela mercadoria e muitas delas se tornaram, no século XX, uma espécie de empresa capitalista, apenas conseguindo realizar as necessidades e anseios dos trabalhadores em caráter subalterno. No Brasil, esta condição é exemplar, já que no imaginário popular a cooperativa muitas vezes é ligada às maneiras pelas quais inúmeros trabalhadores foram ludibriados por alguns agentes interessados em acumular riqueza, mas tal condição se repete em diversos contextos sociais, não apenas nas práticas associativas.

O lastro histórico que funda a Economia Solidária atualmente debatida é alimentado pela luta do aprendizado para a ação coletiva no campo econômico.

O associativismo renovado: a Economia Solidária a partir de 1980

Apoiados por uma série de estudos (Gaiger, 1996; Razeto, 1997; Singer, 1998; Santos, 2002; Laville e França Filho, 2004; Coraggio, 2007; Hespanha *et al.*, 2009), podemos dizer que, a partir de 1980, um novo modelo de produção alternativa foi consolidado, novamente através do coletivo dos trabalhadores: a Economia Solidária. Este modelo alternativo, retomando os mesmos princípios básicos existentes no início do associativismo, promove sua

renovação. A Economia Solidária está sendo movida por uma série de fatores e ocorreu em vários países da América Latina, sendo também observada na Europa, onde o termo *Economia Social e Solidária* é associado às recentes iniciativas de associação dos trabalhadores:

Nos países industrializados, percebe-se, cada vez mais claramente, que uma parcela significativa das atividades produtivas não se encaixa na distinção habitualmente feita entre setor privado (que objetiva o lucro) e o setor público (que visa ao interesse geral), a qual constitui, no entanto, a grade de leitura mais comum. Mesmo se considerando toda a esfera das atividades e trocas domésticas, essa realidade continua sendo verdadeira. O que se tem redescoberto, a partir do final do século XX, é a importância significativa das empresas e organizações que combinam modos de criação e de gestão privados, coletivos (de tipo associativo), com finalidades não centradas no lucro (Defourny, 2000, p. 156).

Da mesma forma, em vários países do continente sul-americano, tivemos nessa década a redemocratização política e, em consequência disso, o fortalecimento do Estado e da democracia representativa. Também o terceiro setor é fortalecido, com a ampliação do número de movimentos dedicados a tratar das questões sociais, especialmente da desigualdade econômica. Nesse mesmo período, também se destacam os elementos de pressão negativa (associados às condições de produção), como a precarização crescente das condições de trabalho, a perda gradual de garantias de emprego e as medidas neoliberais que priorizam o capital financeiro e o livre comércio, somente para citar alguns elementos. No Brasil, também há elementos para afirmarmos que houve, a partir da década de 1980, um revigoramento das associações solidárias dos trabalhadores, com vistas a oportunizar sua inserção no exercício de uma atividade econômica:

Desde meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil e em outros países ao florescimento e ao gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação. Embora menosprezadas até alguns anos atrás, essas experiências converteram-se em alternativas duradouras para um número crescente de trabalhadores. Aos poucos, de suas diferentes vertentes originais, estabeleceram campos de diálogo e de criação de uma identidade comum, expressa em inúmeros movimentos organizados, com destacada atuação nas edições do Fórum Social Mundial. A Economia Solidária estabeleceu-se ao sul e ao norte, como ator social,

como item da agenda política e como tema de estudos, despertando a atenção para a importância de ser conhecida e compreendida de modo abrangente e fundamentado (Gaiger, 2007, p. 1).

Os atores sociais que constroem a Economia Solidária podem trazer experiências negativas do mundo do trabalho, uma vez que o contexto produtivo capitalista opera sob a base da competição com vistas ao lucro, na qual o mais fraco pode ser eliminado. Entretanto, a visibilidade social obtida pela Economia Solidária foi possível também porque estes atores lançam mão dos princípios de “cooperação, autonomia e gestão democrática” (Laville e Gaiger, 2009, p. 162), ou seja, trazem também os elementos positivos, passíveis de serem instaurados na economia:

Embora motivada por esse cenário regressivo, a gênese da Economia Solidária explica-se por um conjunto mais complexo de circunstâncias. Já os efeitos do desenvolvimento tecnológico pós-fordista mostram-se ambivalentes para os trabalhadores: tanto desembocou no regime de acumulação flexível, produzindo situações de maior exploração dos trabalhadores, quanto eliminou parte do trabalho meramente físico, sina do operariado, e introduziu métodos participativos de gestão, que estimularam aspirações a mais autonomia no mundo do trabalho. Em paralelo, alterações operadas no modo de vida e na eficácia das instituições incentivaram novas formas de atuação desde os anos 1960. Surgiram as questões do cotidiano, da preservação do ambiente natural, da participação dos usuários na concepção e funcionamento dos serviços públicos, das relações de gênero ou, mais amplamente, do reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de suas singularidades e direitos (Laville e Gaiger, 2009, p. 165).

Nas últimas décadas do século XX, houve redução de alternativas para os trabalhadores na produção capitalista, mesmo quando estes aceitam condições desfavoráveis, como a perda de direitos outrora conquistados. A eficiência técnica e o grande volume de capitais dinamizam processos produtivos em série, requerem menor quantidade de mão de obra e a excluem da produção, ao mesmo tempo em que requerem a multiplicação da capacidade de consumo dos indivíduos. Os problemas criados pela eficiência técnica do capitalismo somente podem ser resolvidos através do agenciamento de fatores sociais, mais amplos

que a lógica de reprodução do capital. Isso significa que a proposta de acumulação pode ser contraposta à de cooperação, ou seja, com os princípios encontrados na Economia Solidária.

Os atores sociais, organizados segundo os princípios solidários de cooperação, autonomia e gestão democrática, operam para a unificação de interesses, possibilitando o diálogo entre sujeitos atualmente dispersos, mas que possuem em comum a capacidade para a produção de riquezas através do seu trabalho e a mobilização para o consumo consciente ou responsável ambientalmente. Por isso, estas iniciativas têm permitido criticar o modelo de produção ancorado unicamente no lucro como objetivo da atividade econômica, contrapondo-lhe experiências, ainda que localizadas.

Os pesquisadores têm definido os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) como:

As diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. [...] Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas (Gaiger, 2009b, p. 181).

Na última década no Brasil, acompanhado de pesquisas acadêmicas, e muitas vezes em cooperação com elas, o poder público vem realizando sucessivos levantamentos, com o objetivo de conhecer mais detalhadamente a Economia Solidária. Isso ocorreu porque a Economia Solidária foi instituída como política pública do governo federal, através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)², vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Uma das ações mais destacadas e abrangentes da SENAES consiste no mapeamento dos EES, em todo o território brasileiro, o que gerou o Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES). Em 2005, foram identificados aproximadamente 15 mil empreendimentos econômicos solidários ativos no país. Um levantamento complementar, finalizado em 2007, elevou aquele total a 22 mil empreendimentos, sendo que um segundo mapeamento está sendo presentemente realizado, sob a coordenação da mesma Secretaria.

As iniciativas da Economia Solidária ainda são pouco divulgadas na grande mídia.

² Seu endereço na internet é <http://www.mte.gov.br>.

Entretanto, já se utilizam das redes de troca de informação, especialmente a internet,³ para divulgar e organizar as suas atuações, como é o caso das listas de discussão.⁴ Também existe um grande número de entidades que realizam ações de apoio. Citamos algumas delas: Cáritas Brasileira (<http://www.caritas.org.br>), uma entidade ligada à Igreja Católica; a Unitrabalho⁵ (<http://www.unitrabalho.org.br/site/>), a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG, <http://www.anteag.org.br>), a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL, <http://www.unisol.org.br>) e as Incubadoras das universidades (ITCPS, <http://redeitcps.blogspot.com/>).

Os empreendimentos econômicos solidários, por terem estruturas diferentes da empresa capitalista:

Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de auto-gestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem (Gaiger, 2009b, p. 181).

Os dados do SIES revelaram que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários se apresenta na forma de associações (54%), sendo seguidos em quantidade pelos grupos informais (33%).⁶ Assim, embora a formalização jurídica ou administrativa junto aos sistemas públicos de registros das atividades econômicas seja feita através destas nomenclaturas, o empreendimento econômico solidário possui sua característica maior nas definições acima elencadas. Os EES são especialmente identificados por seu caráter coletivo, solidário e autogestionado, diferindo-se dessa forma das organizações econômicas que utilizam as mesmas nomenclaturas (associação, cooperativa, etc.) oficiais de registro de suas atividades econômicas, mas permanecem vinculadas à lógica de produção capitalista.

Potencialidades que convergem para a construção de projetos alternativos

Para avançarmos no debate de modelos econômicos alternativos, tomemos como premissa a noção de que este, para se concretizar, deve apoiar-se em novos fundamentos ou em outras potencialidades. Com este objetivo, buscamos identificar as potencialidades das experiências em Economia Solidária ao mesmo tempo em que contrapomos esta às potencialidades presentes no discurso do modelo econômico hegemônico.

Para projetar outro tipo de desenvolvimento, nossa compreensão das potencialidades deve avançar para um nível mais amplo, para designar as forças de um determinado contexto que são responsáveis pela existência de determinados modelos de produção. Não se trata unicamente de vantagens para um determinado setor ou atividade econômica (como a noção de sucesso competitivo do discurso hegemônico poderia apontar), mas dos objetivos de uma força produtiva em um determinado local, entendido em sua totalidade. Nosso olhar se dirige para a diversidade das necessidades humanas e para as relações sociais que se entrelaçam para a consecução destes objetivos.

Possuir potencialidades para a Economia Solidária implica, para um determinado contexto social, que possua bases favoráveis para o surgimento dos aspectos essenciais desta forma de organizar a produção, vinculando o econômico à solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática, conforme a definição anteriormente destacada da Economia Solidária. Desta maneira, a potencialidade de um contexto para desenvolver a Economia Solidária se concentra no conjunto de recursos ou fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que possam ser vinculados às práticas solidárias. Os fatores de solidariedade podem encontrar-se em um determinado contexto social, sendo (ou podendo vir a ser) utilizados

³ Existem portais especializados no tema, ligados a grupos de pesquisa de universidades, sindicatos e grupos que desenvolvem ações de apoio e promoção para o desenvolvimento da Economia Solidária na América Latina e Europa; seguem alguns exemplos: <http://www.ecosol.org>; <http://www.riless.org>; <http://www.ads.org.br>; <http://www.coopgirasol.com.br>; <http://www.abpes.org.br>; <http://www.ces.uc.pt>; <http://www.rits.org.br>; <http://www.pekea-fr.org/>; <http://www.camp.org.br/>; <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>; <http://www.emes.net/>; <http://www.chasque.apc.org/caritasu/>; <http://www.comerciosolidariobrasil.com.br/>; <http://www.ihu.unisinos.br/>; <http://www.redesolidaria.com.br/>.

⁴ Grupos que compartilham informações através do correio eletrônico. Por exemplo, o *e-solidária* (http://br.groups.yahoo.com/group/e_solidaria/) está sob a responsabilidade do fórum brasileiro de Economia Solidária, constituído por diversas instituições e atuando nacionalmente, conjuntamente com a SENAES.

⁵ A Unitrabalho é uma rede de instituições do ensino superior.

⁶ Esses dados constam no "Atlas da Economia Solidária", lançado em 2006, e referem-se ao primeiro levantamento, quando foram detectados aproximadamente quinze mil empreendimentos no país (ver Brasil, 2006, 2007).

para favorecer os empreendimentos solidários, possibilitando-lhes viabilidade, dispondo-os de capacidade de trabalho, de produção e de ação.

Deve existir um substrato positivo neste dado contexto social para que um grupo inicie sua empresa autogestionada e a mantenha, sem alterar aqueles princípios que a caracterizam: “Enquanto a Economia Solidária manter seu poder de atração e suas iniciativas assumirem uma racionalidade própria, na qual passa a ser lógico cooperar com os outros, as chances de degeneração serão menores” (Laville e Gaiger, 2009, p. 167). Daí a importância das instituições de apoio e ensino e de suas lideranças. Em uma região em que existirem esses fatores, talvez uma nova lógica econômica possa motivar os indivíduos a adotarem a opção do trabalho coletivo, no qual a cooperação possa ser vista com naturalidade.

Mesmo quando os trabalhadores, por força de suas iniciativas e com o apoio das entidades socialmente constituídas, conseguem concretizar o empreendimento solidário, eles ainda necessitam conviver com as regras capitalistas, estabelecidas pela concorrência no mercado. Nesse sentido, como demonstrou pesquisa da Unitrabalho⁷ realizada em seis Unidades da Federação entre 1999 e 2003, a percepção de sucesso sobre o futuro do empreendimento entre os trabalhadores é importante porque não é o caráter negativo de ausência (de carência) que determina os fatores sociais que são mobilizados para se iniciar um empreendimento solidário:

O importante é perceber, à luz dos casos estudados, que os processos de virada tendem a arrefecer (ou a retroceder, sem chegarem a concretizar um novo empreendimento), sempre que estiverem unicamente movidos por pressões negativas, de mera eliminação das opções habituais de vida econômica, sem contarem, ao mesmo tempo, com fatores positivos, de convencimento moral e de atração material, exercidos pela alternativa solidária. Dos relatos de experiências que venceram as primeiras provas, depreende-se ademais que a escolha consciente do solidarismo, quando reafirmada diante de outras opções (que cedo ou tarde terminam reaparecendo e atenuando as pressões negativas), passa a ser o principal motor do empreendimento, a razão mesma pela qual não sucumbe às dificuldades de permanecer autoges-

tionário e cooperativo ou, vendo por outro ângulo, não se rende às comodidades de retornar às formas de vida econômica antes praticadas, nas quais os laços solidários ficam mitigados ou dissolvidos (Gaiger, 2004, p. 378).

Por isso, as publicações mais recentes sobre a temática, quando abordam a longevidade dos empreendimentos solidários, têm demonstrado que, excluindo os elementos negativos como a necessidade de renda, essas iniciativas podem ser entendidas se olharmos para seus fatores positivos. É interessante perceber que somente a falta de oportunidades no mercado de trabalho não pode ser considerada como criadora de alternativas, já que pode causar a marginalidade, não a solidariedade. Diante da falta de oportunidades, a delinquência pode ser uma das saídas para aqueles sujeitos que estão em situação de risco, fome e miséria.

Cabe ressaltar que a Economia Solidária é fortalecida apenas quando sujeitos com capacidade de produzir se encontram e compartilham potencialidades. E é precisamente neste sentido que buscamos delinear potencialidades de um determinado contexto social, isto é, buscamos os elementos que dão força e se somam para dar concretude às aspirações daqueles que se associam solidariamente no plano econômico. A questão torna-se também a busca daquilo que pode ser utilizado pelos atores sociais quando estes concebem a formação de empreendimentos viáveis no mercado, mas com uma racionalidade própria, diferente do que está posto na sociedade atual. Cabe averiguar, ainda, de que forma superam as dificuldades de percurso. Por isso, a percepção de êxito do empreendimento é outra potencialidade para desenvolver iniciativas da Economia Solidária.

Outro fator de potencialidade da Economia Solidária é que esta pode unificar o interesse de muitos sujeitos que têm em comum a capacidade de ofertar volume de mão de obra, que não interessa ao sistema do capital porque estas pessoas não possuem riqueza acumulada e, muitas vezes, pouco conhecimento técnico. A questão é utilizar um potencial ocioso – a capacidade de trabalho – através da mobilização desses indivíduos em setores da economia em que este fator possa estabelecer uma dinâmica competitiva:

⁷ Trata-se da primeira pesquisa nacional sobre a Economia Solidária no Brasil, organizada pela Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (Unitrabalho).

As alternativas constroem-se nas dialéticas do próprio sistema que combatem. Por não se submeter à lei férrea da acumulação ampliada, a Economia Solidária pode expandir-se em setores de baixo interesse para o mercado, mas de importância social inquestionável, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção (Lafille e Gaiger, 2009, p. 167).

Existem segmentos da economia em que a mobilização de vários indivíduos pode se contrapor à lógica da acumulação. São os interstícios do capitalismo. No Brasil, o maior número de empreendimentos possui foco de atuação no meio rural, indicando que o seu maior potencial possivelmente encontra-se neste segmento:

Metade (50%) dos EES atua exclusivamente na área rural, 33% atuam exclusivamente na área urbana e 17% têm atuação tanto na área rural como na área urbana. Considerando as regiões, cabe destacar que na região Sudeste a maioria dos EES (60%) atua na área urbana e nas regiões Norte e Nordeste a participação dos EES que atuam exclusivamente na área rural está acima da média nacional (57% e 63% respectivamente) (Brasil, 2006, p. 47).

Se somarmos os empreendimentos rurais com os que atuam tanto no meio rural quanto urbano, temos 67% do total de empreendimentos econômicos solidários do país envolvidos, em sua maioria, com o setor de produção agrícola, pois a mesma base de dados informa que o maior percentual de produtos “são aqueles relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%)” (Brasil, 2006, p. 35).

Com estes dados, podemos inferir que os setores da Economia Solidária ligados à produção na zona rural, em princípio, demonstram melhor potencial de sucesso (sendo o interstício que melhor pode ser aproveitado para o desenvolvimento da Economia Solidária). Questionando os motivos pelos quais isso se torna possível, deduzimos que a produção local, em pequena escala, embora possuindo significado macroestrutural, pode ser realizada com a mobilização criativa das pessoas que utilizam prioritariamente a mão de obra familiar como potencial para se diferenciar das outras organizações econômicas. Os dados demonstram que alguns setores produtivos da zona rural possuem forte potencial para a Economia Solidária.

Ademais, nos setores rurais voltados à produção, as potencialidades da Economia Soli-

dária também decorrem da forma como seus participantes organizam a gestão do empreendimento em sua condução diária, estabelecendo alianças flexíveis e cooperando através de relações horizontais ou de redes. A pequena e individualizada produção rural, dispersa em uma região, torna-se assim um interessante fator para a expansão da Economia Solidária. Isso é possível porque esses produtores mantêm a autonomia característica de quem é proprietário dos seus meios de produção ao ingressar em um empreendimento autogestionário, o que não ocorre quando participam das cadeias produtivas na forma capitalista. Isso significa que as ações projetadas em empreendimentos econômicos solidários de nível local podem ter influência global:

Tais empreendimentos, ademais, dispõem potencialmente de muitos trunfos para responderem com eficiência às condições do mercado global contemporâneo, fragmentado e volátil: flexibilidade de ajuste às alterações da demanda (Sorbille, 2000) e possibilidade de inserção em “rede de cooperação econômica, formada por outras empresas pequenas e flexíveis e por instituições culturais, educativas e políticas de apoio” (Santos, 2002, p. 36), a exemplo dos complexos cooperativos. A participação ativa no processo produtivo atua igualmente como fator-chave, na medida em que redundam em aprendizado comum e na sua preservação pelo conjunto dos trabalhadores (Gaiger, 2009a, p. 172).

Ocorre que a potencialidade pode estar presente em um determinado contexto e mesmo assim não surgirem empreendimentos econômicos solidários. Daí a importância dos elementos culturais capazes de favorecer o trabalho coletivo, pois, se as mudanças nos valores não ocorrerem, pode existir potencial sem que ele seja utilizado. Daí a necessidade de presença das instituições que realizam ações de apoio às iniciativas dos trabalhadores, sendo especialmente importante o apoio cultural das instituições de ensino. O potencial de uma região para a gênese e a longevidade da Economia Solidária pode ser enunciado, assim, através de um conjunto de fatores relacionadas à produção, em especial a presença das instituições de apoio e a disposição para o trabalho coletivo:

Ter esse potencial significa, antes de tudo, estar localizado em uma região que apresente as seguintes características: volume de produção suficiente para atender à escala provável do empreendimento a ser constituído; níveis de pobreza

Tabela 1. Resumo dos dados.**Table 1.** Data summary.

Potencialidades:	(1) Indivíduos com capacidade de produção coletiva
	(2) Percepção de êxito e viabilidade do empreendimento
	(3) Volume de mão de obra: potencial ocioso no sistema econômico atual
	(4) Racionalidade própria: importância dos fatores positivos
	(5) 67% dos EES existentes ligam-se à produção agrícola
	(6) Relações democráticas entre os membros dos EES
	(7) Formação de redes de cooperação
	(8) Apoio de instituições, especialmente de ensino e fomento
De onde inferimos os maiores índices de potencialidades da Economia Solidária, não exclusivamente já que os dados indicam que há espaço para outros contextos sociais, porém, o maior percentual indica: as potencialidades dos empreendimentos de Economia Solidária são mais visíveis no contexto produtivo rural, geridos coletivamente-democraticamente, ligados por redes de cooperação, com apoio de instituições, baseando-se em percepções positivas, de viabilidade, tendo uma racionalidade própria.	

que demandem esse tipo de projeto; presença de instituições de apoio; existência de entidades associativas e predisposição dos atores locais para a formação de parcerias (Parreiras, 2007, p. 173).

O autor se refere à formação de cadeias produtivas através de empreendimentos solidários em contextos rurais, especialmente para a produção de mel, castanha de caju e mandioca, de modo a criar condições de produção e comércio em escala competitiva no mercado. Entretanto, pelo fato de ser necessário encontrar essas condições em uma região, as conclusões da pesquisa de Parreiras auxiliam na definição das potencialidades favoráveis à Economia Solidária para um contexto social. Este autor complementa que estas características da região precisam encontrar reforço na disposição dos produtores locais em ingressar no empreendimento, isto é, na sua capacidade do trabalho coletivo.

Conclusão

Dito isso, podemos concluir que o potencial de uma região, entendido como a força presente que é capaz de mobilizar os indivíduos para determinado modelo de produção, se relaciona a uma diversidade de fatores e se assenta na possibilidade de os indivíduos exercerem uma atividade econômica, ou seja, é dependente do trabalho. A potencialidade (que não é apenas

uma vantagem comparativa com vistas a maiores lucros) do trabalho foi um recurso utilizado na história, conforme relatamos anteriormente, quando os indivíduos buscavam alternativas à sua condição de submissão econômica. As iniciativas dos trabalhadores, desde a criação dos sindicatos e das cooperativas operárias, nos mais de dois séculos de percepção de sua condição de exploração, sempre se assentaram na capacidade que eles próprios possuem em exercer atividades econômicas independentes. A força das iniciativas dos trabalhadores não reside na capacidade de investimento e na utilização de tecnologia mais eficiente, como ocorre no capitalismo.

As potencialidades das iniciativas dos trabalhadores, conforme demonstra a história, sempre dependeram de sua capacidade de realizar o trabalho, e este foi o fator que permitiu a reprodução desta classe social. Na atualidade, quando olhamos para as experiências da Economia Solidária, ainda percebemos sua centralidade no trabalho (pouco capital, pouca tecnologia, muito esforço – não apenas físico, mas mental e organizacional), mas salta aos olhos que há um novo formato econômico no modelo associativo, que considera as múltiplas dimensões da existência dos sujeitos envolvidos com os empreendimentos.

O desenvolvimento alternativo ora em construção pode ser realizado pelos empreendimentos associativos da Economia Solidária, pois temos indicativos de sua capacidade de re-

lacionar as necessidades globais dos sujeitos ao conjunto dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos de um local. Isso ocorre no empreendimento solidário que produz com o apoio de instituições (pesquisa, fomento, etc.), onde há lideranças, percepção de êxito do empreendimento, capacidade de trabalho e interstícios na economia preponderante que possam ser utilizado por tais iniciativas. Estas são algumas das potencialidades da Economia Solidária.

Referências

- BRASIL. 2006. *ATLAS da Economia Solidária no Brasil de 2005*. Brasília, MTE, SENAES, 30 p.
- BRASIL. 2007. *ATLAS da Economia Solidária de 2007*. Brasília, MTE/SENAES. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases>. Acesso em: 16/12/2010.
- CORAGGIO, J.L. 2007. *La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires, Editorial Altamir, 413 p.
- DEFORNY, J. 2000. Economia Social. In: G. KRAYCHETE; F. LARA; B. COSTA (org.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro, Vozes/UCSAL/Capina/CESE, p. 85-104.
- GAIGER, L.I. 2009a. Eficiência. In: P. HESPANHA; A.D. CATTANI; L.I. GAIGER, *Dicionário internacional da Outra Economia*. São Paulo, Almedina Brasil, p. 169-174.
- GAIGER, L.I. 2009b. Empreendimento Econômico Solidário. In: P. HESPANHA; A.D. CATTANI; L.I. GAIGER, *Dicionário internacional da Outra Economia*. São Paulo, Almedina Brasil, p. 181-187.
- GAIGER, L.I. 2007. A outra racionalidade da Economia Solidária: Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79:57-77.
- GAIGER, L.I. (org.). 2004. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 414 p.
- GAIGER, L.I. 1996. *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, 158 p.
- HESPANHA, P.; CATTANI, A.D.; GAIGER, L.I. (orgs.). 2009. *Dicionário internacional da Outra Economia*. São Paulo, Almedina Brasil, 344 p.
- LAVILLE, J.-L.; FRANÇA FILHO, G. 2004. *Economia solidária – uma abordagem internacional*. Porto Alegre, EDUFRGS, 223 p.
- LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L.I. 2009. Economia Solidária. In: P. HESPANHA; A.D. CATTANI; L.I. GAIGER, *Dicionário internacional da Outra Economia*. São Paulo, Almedina Brasil, p. 162-168.
- PARREIRAS, L.E. 2007. *Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, IPEA, ANPEC, 224 p.
- RAZETO, L. 1997. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires, Editorial Lumen-Humanitas, 240 p.
- SANTOS, B. de S. (org.). 2002. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 514 p.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P. 1998. *Uma utopia militante – repensando o socialismo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 182 p.

Submetido: 02/04/2013
Aceito: 15/10/2013